

Apoio



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 10 Nº 10
Outubro de 2001

Perspectivas do comércio internacional

O processo de desaceleração econômica que se alastra sobre a economia mundial antecede aos trágicos acontecimentos do dia 11 de setembro último e já vinha dando sinais desde o segundo semestre de 2000, agravando-se ao longo de 2001, em um raro caso de perda simultânea de impulso. Estados Unidos, Europa, Japão e alguns dos principais países emergentes (México, Brasil e Argentina, por exemplo) têm apresentado sinais claros de retração da atividade econômica, levando a crer que o mundo se encaminha para a primeira recessão conjunta da moderna economia globalizada.

Além da retração nas importações, em virtude da queda na demanda, em períodos recessivos é comum um aumento no protecionismo comercial, e nada indica que essa postura possa mudar diante da crise atual. Produtos supérfluos são os primeiros a sofrerem cortes frente a uma retração na atividade econômica, mas isso não significa que os demais estejam imunes aos efeitos da recessão. Assim, a próxima rodada multilateral de comércio, a cargo da Organização Mundial do Comércio (OMC), dificilmente conseguirá avançar de maneira substancial no que se refere à redução dos subsídios agrícolas europeus e americanos, à eliminação da legislação “antidumping” dos Estados Unidos ou à diminuição do protecionismo japonês.

As tênues tratativas, até agora existentes, rumo à eliminação do elevado protecionismo agrícola praticado pelos países desenvolvidos poderão, inclusive, sofrer um recuo. Se, em plena fase expansiva de sua economia, os Estados Unidos foram capazes de intensificar sua política protecionista em relação à agricultura, triplicando os subsídios agrícolas entre 1997 e 2000, não será agora, quando enfrenta uma desaceleração econômica, que reduzirá essa barreira comercial. A crise de segurança vivida atualmente pelos Estados Unidos poderá também colaborar para um retardo nas negociações sobre liberalização do comércio mundial, tendo em vista que a agenda da segurança deverá prevalecer sobre a comercial.

Um eventual atraso nas negociações sobre redução tarifária e de subsídios agrícolas no comércio internacional prejudicaria o Brasil e, de modo especial, o Rio Grande do Sul, onde o agronegócio ocupa lugar de destaque nas exportações, pois é nesse setor que o Estado é mais eficiente e competitivo. O fato de que essa atividade emprega muito e importa pouco lhe confere especial interesse em um momento de grandes dificuldades cambiais no País e diante de perspectivas recessivas. Assim, o Rio Grande do Sul deve diversificar seus mercados para produtos agropecuários, em busca de novas oportunidades.

O próprio Oriente Médio, região para a qual têm convergido as atenções internacionais desde o atentado nos EUA, constitui-se em importante mercado para o frango e a soja gaúchos. Embora representassem apenas 3,65% do total das exportações do Estado nos primeiros oito meses de 2001, as exportações para o Oriente Médio registraram franca expansão (aproximadamente 93%) em relação ao período de janeiro a agosto de 2000. Esse mercado é composto especialmente de produtos agropecuários, o que lhe confere um especial interesse, tanto diante de um eventual acirramento do protecionismo agrícola por parte dos países desenvolvidos quanto pela perspectiva de conflitos armados na região, já que estes aumentam a demanda por alimentos para formação de estoques. Por outro lado, uma situação de guerra contém uma carga de imponderabilidade que dificulta o estabelecimento de previsões mais consistentes quanto ao desempenho econômico da região, incluindo-se aí o comportamento dos fluxos comerciais.

Valor das exportações do Rio Grande do Sul para o Oriente
Médio — jan.-ago./00 e jan.-ago./01

PRODUTOS	VALOR (US\$ mil FOB)		VARI- ÇÃO %	PARTI- CIPAÇÃO % EM 2001
	2000	2001		
Carne de frango	37 703	58 417	54,94	36,11
Soja em grão	3 059	25 898	746,62	16,01
Óleo de soja	14 434	23 859	65,30	14,75
Farelo de soja ...	6 231	9 457	51,77	5,85
Milho em grão ...	0	7 162	-	4,43
Subtotal	61 427	124 793	103,16	77,13
Outros	22 543	37 000	64,13	22,87
TOTAL	83 970	161 793	92,68	100,00

FONTE: MDIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Expansão das matrículas no ensino médio

O Censo Escolar 2001, realizado pelo MEC, mostra que o número de alunos matriculados no ensino médio brasileiro é da ordem de 8,4 milhões. Destes, 86,8% estão matriculados na rede pública de ensino. O Rio Grande do Sul contabilizou 468.796 estudantes nesse nível de ensino, sendo 402.987 vagas oferecidas pelo setor público. A dependência administrativa estadual atendeu a 96,9% dos estudantes da rede pública.

Matrícula inicial no ensino médio regular, por dependência administrativa, na Região Sul e no Brasil — 2001

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
Brasil	8 417 007	7 305 586	1 111 421
Paraná	472 387	422 237	50 150
Santa Catarina	261 118	222 081	39 037
Rio Grande do Sul	468 796	402 987	65 809

FONTES: MEC.

O número de vagas no ensino médio entre 1996 e 2001 cresceu, no Brasil, na ordem de 46,7% e, no Rio Grande do Sul, na de 31,1%.

No Estado, as comunidades dos pequenos e dos médios municípios têm requisitado a construção de escolas para atender à crescente procura por esse nível de ensino. Em 1996, 350 municípios gaúchos ofereciam o ensino médio, e, no ano 2000, esse número cresceu para 432. Esses fatos são a expressão do aumento no número de estudantes que completam o ensino fundamental, acarretando uma maior procura por ingresso no nível médio.

Uma das conseqüências do crescimento do ensino médio tem sido a pressão pelo aumento do número de vagas no sistema universitário. O ingresso vem sendo dificultado pela falta de vagas nas universidades públicas, que oferecem cerca de 35% do total das vagas existentes.

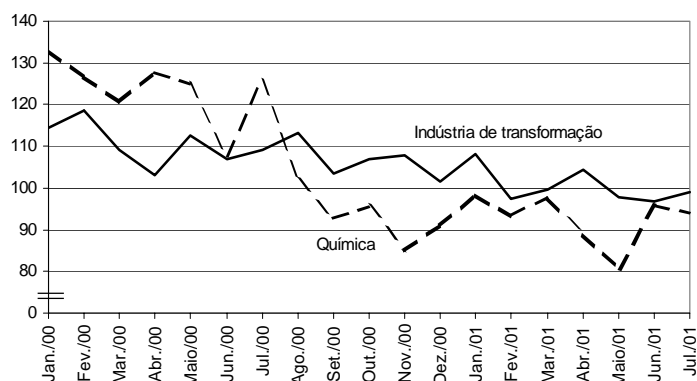
Salvatore Santagada (FEE/NIS)

Perspectivas pouco favoráveis para o setor químico gaúcho

Em julho de 2001, a produção industrial gaúcha registrou queda de 1,0% quando comparada com o mesmo mês do ano anterior, mantendo, assim, a tendência de desaceleração do ritmo de crescimento da atividade industrial. Dentre os 18 gêneros pesquisados pelo IBGE no Rio Grande do Sul, 12 apresentaram taxas de crescimento negativas no indicador mês/mês do ano anterior. O destaque negativo coube ao gênero química (-6,10%), cuja trajetória de contração nos níveis de produção foi aprofundada a partir de agosto de 2000, devido, sobretudo, à queda na fabricação de nafta, principal insumo utilizado na primeira geração da cadeia petroquímica-plásticos.

Para os próximos meses, as previsões não sinalizam recuperação dos níveis de produção do setor químico gaúcho, devido ao cenário nacional e internacional bastante desfavorável. À incerteza quanto aos rumos da economia mundial adicionaram-se novas dificuldades relacionadas ao excesso de oferta de petroquímicos da Ásia (primordialmente polipropileno e poliestireno), que resultaram em queda nos preços internacionais desses produtos. Essa situação leva, por um lado, à contração da produção interna de petroquímicos e, de outro, reduz as exportações tanto das resinas *in natura* quanto dos produtos transformados.


Índice da produção física da indústria de transformação e do gênero química do RS — jan./00-jul./01



FONTES: IBGE.


NOTA: Os índices refletem a variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)




crédito assistido
Após Técnico e Gestão para Pequenas Empresas e Negócios

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



FaturSul
Melhor porque é preciso



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado de Participação Popular

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-ago./01

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)		TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXA ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./91 = 100)	Taxa de Variação (4)	BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	124,7	7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	134,7	8,0	...
Dez./94	5,9	21,4	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	144,8	7,5	17 265
Dez./95	4,2	19,4	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	159,8	10,3	20 746
Dez./96	2,7	21,0	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	159,3	-0,3	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	166,3	4,4	32 283
Jul./99	-	-	7,5	4,6	19,5	125,1	31,3	159,5	-2,5	39 054
Ago./99	-	-	7,7	5,7	19,5	130,3	36,2	159,1	-3,2	39 051
Set./99	-0,7	19,0	7,4	6,3	19,0	129,5	32,3	158,6	-3,8	39 041
Out./99	-	-	7,5	7,5	19,0	132,1	31,6	157,0	-4,9	37 012
Nov./99	-	-	7,3	8,6	19,0	124,0	24,1	157,0	-5,0	37 962
Dez./99	0,5	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	157,1	-4,5	45 407
Jan./00	-	-	7,6	8,9	19,0	112,8	-6,9	157,6	-4,3	45 753
Fev./00	-	-	8,2	7,9	19,0	110,2	-22,3	157,8	-2,9	42 197
Mar./00	2,2	18,4	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	158,1	-1,6	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	158,1	-1,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	158,7	-0,9	38 460
Jun./00	3,5	18,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	158,4	-1,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	157,0	-1,6	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	156,4	-1,7	37 855
Set./00	4,3	18,6	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	155,9	-1,7	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	156,9	-0,1	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	159,6	1,6	40 006
Dez./00	4,4	18,8	4,8	6,0	15,8	109,8	-5,2	160,1	1,9	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	110,7	-1,9	160,7	2,0	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,0	1,6	160,1	1,5	44 300
Mar./01	4,2	20,6	6,5	6,4	16,3	114,5	5,8	160,2	1,3	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	123,3	12,7	159,4	0,8	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,1	10,6	-	-	43 636
Jun./01	3,6	-	6,4	7,4	18,3	124,3	12,3	-	-	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,6	18,3	-	-	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	-	-	-	-	45 010

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-ago./01

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINANCI- AMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez interna- cional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhõe correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	4,6	(8) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	.
Dez./93	97,13	7,5	9,5	(8) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	.
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	10,8	(8) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	.
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	4,3	(8) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	.
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	14,9	(8) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	.
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	10,7	(8) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 99
Jul./99	-1,96	49,5	121,81	-3,8	6,7	80,0	-13,3	-15,2	-5,09	5,07	0,02	42 156	.
Ago./99	-2,02	50,3	126,17	-3,6	6,6	-	-10,9	-14,5	-5,30	4,96	0,34	41 918	.
Set./99	-2,77	49,2	124,79	-3,1	6,8	-	-11,5	-15,8	-4,89	5,22	-0,32	42 562	.
Out./99	-3,00	48,8	127,07	-2,0	7,4	83,0	-9,6	-16,1	-4,59	5,12	-0,53	40 053	.
Nov./99	-3,24	47,8	124,07	-1,5	7,4	-	-8,6	-15,8	-4,68	5,38	-0,70	42 175	.
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	7,6	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 46
Jan./00	-3,16	47,1	106,32	0,0	7,5	81,3	-3,3	-14,0	-4,48	5,68	-1,20	37 560	240 15
Fev./00	-3,27	47,4	112,71	1,4	8,1	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 66
Mar./00	-3,31	47,0	120,21	2,0	7,7	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 53
Abr./00	-3,52	47,5	115,48	2,5	7,3	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 06
Mai/00	-3,83	47,4	126,81	3,3	7,1	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 34
Jun./00	-3,59	46,5	127,86	4,2	7,0	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 28
Jul./00	-3,18	49,5	130,26	5,3	7,3	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 81
Ago./00	-3,53	48,6	136,12	6,0	7,1	-	14,5	4,7	-4,04	5,20	-1,16	31 385	232 44
Set./00	-3,33	48,5	129,12	6,3	6,7	-	16,5	8,6	-4,05	4,99	-0,94	31 431	232 38
Out./00	-3,25	49,0	136,22	6,6	6,4	84,1	16,5	11,3	-4,18	4,94	-0,76	30 393	231 57
Nov./00	-3,63	49,7	130,36	6,6	6,0	-	16,5	12,7	-4,18	5,56	-1,38	32 533	231 52
Dez./00	-3,56	49,3	120,02	6,5	5,7	-	14,7	13,8	-4,13	5,50	-1,37	33 011	236 15
Jan./01	-3,62	48,9	119,08	7,1	6,0	82,1	15,8	17,3	-4,39	5,30	-0,91	35 598	238 29
Fev./01	-3,54	49,6	114,42	6,0	5,1	-	13,7	14,8	-4,53	5,23	-0,70	35 413	238 23
Mar./01	-3,53	50,2	129,90	6,4	5,6	-	13,6	15,4	-4,67	5,23	-0,56	34 407	220 54
Abr./01	-3,90	50,4	122,31	6,6	-	83,9	13,6	15,9	-4,60	5,39	-0,79	34 653	.
Mai/01	-3,79	51,9	132,41	6,4	-	-	12,7	15,9	-4,73	5,50	-0,77	35 459	.
Jun./01	-3,91	51,3	126,43	5,7	-	-	11,9	15,9	-4,71	5,14	-0,43	37 318	224 02
Jul./01	-4,03	52,6	131,35	5,1	-	81,1	9,9	13,9	-4,88	4,72	0,16	35 552	.
Ago./01	-3,77	53,7	-	-	-	-	7,8	11,2	-4,90	4,61	0,29	36 299	.

FONTES: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 10 nº 10

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./97-out./01

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Dez./97	6,1	115,56	98,08	108,92	198,5	38,5	41,9	306,3	97,80	427,5
Dez./98	-0,5	110,68	95,78	96,24	227,0	45,5	52,8	348,6	96,48	447,5
Ago./99	-	139,38	106,12	99,80	229,3	49,7	50,7	370,6	104,22	465,14
Set./99	-	135,08	99,33	99,74	221,2	96,2	45,1	400,6	105,00	471,72
Out./99	-	141,43	105,99	100,37	220,8	93,4	42,6	399,2	105,73	475,35
Nov./99	-	137,39	111,39	101,30	225,2	100,7	42,9	415,1	106,84	479,73
Dez./99	3,6	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,89	118,76	116,78	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,02	109,31	113,78	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,48	103,19	110,78	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai./00	-	158,4	112,47	111,13	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,97	106,79	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,46	109,17	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,69	113,14	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,83	103,51	109,75	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,24	106,94	109,46	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,92	107,67	109,29	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,6	128,61	101,37	108,66	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,10	107,98	107,98	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,38	97,30	102,40	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,17	99,47	101,27	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,36	104,14	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,77	97,72	101,07	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,78	96,61	100,28	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,87	98,96	100,08	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	-	-	-	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	557,48
Out./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	561,36

(continua)

Carta de Conjuntura - Ano 10 nº 10
ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./97-out./01

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ mil)	VARIACÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupa- pados (10)	Assala- riados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Dez./97	-	-	-	750	725	-	-	-	-	-
Dez./98	-	11,2	17,3	763	747	505 688	1 476 232	412 168	-0,9	23,1
Ago./99	-4 450	12,3	19,6	720	726	567 187	1 572 081	510 083	-9,8	12,7
Set./99	2 135	12,0	19,6	717	724	573 094	1 490 392	441 102	-10,0	-31,9
Out./99	7 884	11,9	19,7	719	725	556 736	1 430 979	437 790	64,4	-61,7
Nov./99	8 894	11,7	19,7	719	726	564 829	1 460 697	404 187	-11,4	3,2
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	728	718	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	710	695	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	702	684	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	692	692	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	705	704	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	721	715	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	731	719	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	740	715	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	730	718	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	717	708	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	707	706	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	702	697	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	705	696	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	700	701	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	704	713	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	689	708	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	696	711	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	684	689	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	687	687	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	675	676	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	-	9,6	14,3	-	-	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	-	-	-	-	-	607 149	1 510 227	-	-	-
Out./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Escolaridade e rendimentos nos anos 90

O mercado de trabalho formal nos anos 90 foi marcado por uma elevação do patamar de escolaridade dos ocupados. A contração do emprego formal no Rio Grande do Sul, de 3,42% entre os anos de 1989 e 1999, localizou-se no estrato de trabalhadores que tinha até o fundamental incompleto — o único contingente que experimentou redução (-30,35%). A parcela com o ensino médio completo foi a que mais cresceu (41,61%), seguida do estrato com o superior completo (22,91%) e do grupo de trabalhadores com o ensino fundamental completo, que cresceu quase 20%. Assim, no final da década, 36,78% do pessoal empregado tinha o ensino fundamental incompleto; 26,70%, o fundamental completo; 24,68%, o ensino médio completo; e 11,83%, o superior completo.

A trajetória dos rendimentos do trabalho, contudo, não acompanhou essa escalada. O rendimento médio real no Rio Grande do Sul praticamente não variou (0,31%), considerando-se as duas pontas, 1989 e 1999. Para os empregados que se situavam no estrato do ensino fundamental completo e do médio completo, as perdas foram acentuadas, de -20,29% e -21,09% respectivamente. Os extremos — o estrato do fundamental incompleto e do superior completo — situaram-se próximos da média do Estado: 0,73% e -0,54% respectivamente.

Variação do número de trabalhadores formais e do rendimento médio, por níveis de escolaridade, no RS — 1989-99

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	TRABALHADORES	RENDIMENTO MÉDIO (1)
Até fundamental incompleto	-30,35	0,73
Fundamental completo (2)	18,93	-20,29
Médio completo (3)	41,61	-21,02
Superior completo	22,91	-0,54
Total (4)	-3,42	0,31

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Em 31.12, a preços de dezembro de 2000, pelo IPC do IEPE. (2) Inclui os trabalhadores com o ensino médio incompleto. (3) Inclui os trabalhadores com o ensino superior incompleto. (4) Inclui os trabalhadores com escolaridade e/ou rendimentos ignorados.

Chama atenção o fato de que o rendimento médio global quase não se alterou, apesar de os estratos intermediários apresentarem perdas acima de 20% e de os extremos ficarem praticamente estagnados. Isso se explica pela ocorrência de um efeito matemático, ocasionado pela saída maciça de trabalhadores da base da distribuição salarial.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/NET)

As perdas nas exportações de carne em 2001

As previsões de perdas nas exportações brasileiras de carne em 2001 em decorrência dos focos de febre aftosa surgidos no Rio Grande do Sul em maio deste ano aparentemente não se configuraram. As vendas de carne bovina *in natura* apresentaram, no período jan.-jul./01, um aumento de 51% em volume, em comparação com igual período de 2000. As exportações brasileiras de carne suína também tiveram um desempenho bastante positivo, pois cresceram 136% no período considerado em relação ao mesmo de 2000.

Para o Rio Grande do Sul, no entanto, as perdas na exportação de carne bovina *in natura* foram significativas. O Estado, que já apresentava perdas de mercado frente a outros estados da Federação desde fevereiro de 2001, teve, com a ocorrência da aftosa, suas vendas externas ainda mais comprometidas. No mês de junho de 2001, os volumes exportados de carne *in natura* tiveram uma queda de 74% relativamente a junho de 2000, retração esta que foi ainda maior em julho: 94%. Esse desempenho resultou numa diminuição de 34% nas vendas ocorridas de janeiro a julho de 2001, comparando-se com o mesmo período do ano anterior. O reflexo do reaparecimento da febre aftosa foi mais lento sobre as exportações gaúchas de carne suína: foi somente em julho que essas vendas apresentaram uma redução em relação a 2000. No entanto, dado o crescimento dessas exportações nos primeiros meses de 2001, o período de jan.-jul. apresentou um crescimento de 49% em relação ao mesmo período de 2001.

Taxa de crescimento das quantidades exportadas de carnes bovina e suína no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2001

PERÍODOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Carne Bovina	Carne Suína	Carne Bovina	Carne Suína
Jan.	79,54	101,97	24,95	51,87
Fev.	22,76	94,48	-23,26	18,52
Mar.	48,93	203,29	-22,95	88,12
Abr.	73,60	208,05	-7,19	153,73
Mai	46,82	144,44	-23,30	117,94
Jun.	40,93	169,25	-73,91	0,02
Jul.	52,54	58,94	-93,86	-33,60
Jan.-jul.	50,83	135,83	-34,13	49,27

FONTE: MDIC.

NOTA: As taxas de crescimento foram calculadas para 2001 em relação ao período correspondente de 2000.

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

Os limites da política fiscal brasileira

Desde a adoção do regime de metas para a inflação em junho de 1999, o Banco Central do Brasil realiza a contenção dos preços domésticos através da administração das taxas básicas de juros. O custo financeiro governamental de tal contenção acelera o crescimento da dívida pública. Se percebido como descontrolado, o mesmo crescimento constituir-se-ia em fator adicional de pressões inflacionárias e de desvalorização cambial. Buscando evitar essas pressões, o Governo tem procurado estabilizar a relação d = dívida pública/PIB da economia através do acúmulo de superávits fiscais primários em volume suficiente para tanto.

A velocidade do crescimento anual de d é determinada pela taxa real de remuneração da dívida pública (r), pela proporção dos superávits primários diante da mesma dívida (s_d) e, finalmente, pela taxa de crescimento da economia (y). A relação d varia positivamente com r e negativamente com s_d e y ($\Delta\%d = r - s_d - y$).

Supondo-se a realização dos superávits primários acordados com o FMI (3,5% do PIB) e o atual patamar de endividamento público (52% do PIB), o quadro aponta as taxas máximas de juros (r) exigidas para a estabilidade de d , na medida em que se consideram níveis crescentes de expansão da economia (y). As informações do quadro indicam melhor as dificuldades para a estabilização de d , caso se levar em conta que: (a) o crescimento do PIB superior a 4% a.a. é incompatível com a estabilidade dos preços internos, mantida a taxa de investimento da economia; e (b) a julgar pela desvalorização do real no segundo semestre do ano 2000, as taxas básicas de juros que então remuneravam a dívida pública (10% a.a. reais aproximadamente) se mostraram demasiadamente baixas para garantir a estabilidade cambial e, portanto, também dos preços.

Pares de taxas reais de juros (r) e de crescimento econômico (y) compatíveis com a estabilidade da relação dívida pública/PIB (d)

y	2,0	4,0	6,0	8,0
r	8,7	10,7	12,7	14,7

Desde o final de 2000, as expectativas acerca das economias brasileira e internacional deterioraram-se assustadoramente, causando retração dos fluxos internacionais de capitais para o Brasil; o equilíbrio do balanço de pagamentos nacional passou a exigir taxas reais de juros não inferiores a 15% anuais. De outro lado, nada faz acreditar que o produto brasileiro possa crescer 8% a.a., taxa exigida pela manutenção da estabilidade de d , com o citado nível de juros. Admitindo-se, por mera hipótese, ritmo tão elevado de crescimento, a capacidade de produção da economia estaria esgotada, subvertendo o controle da inflação. A percepção do quadro descrito vem se expressando em acelerada desvalorização do real.

Conclui-se, dessa forma, que é limitada a capacidade da política fiscal brasileira para, por si só, prover a estabilidade desejada, em especial, nos recorrentes momentos de instabilidade internacional. Nesses momentos, as autoridades vêem-se obrigadas a conter o crescimento da economia. Menor instabilidade do PIB exigiria a incorporação de políticas especialmente destinadas a promover a diminuição da dependência do País ao capital externo.

Pedro Almeida (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 05.10.01).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.500 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística

Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: José Antonio Fialho Alonso

Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan

Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283

e-mail conjuntura@fee.tche.br

www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidônia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.